

## A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PARINTINS NAS RODAS DE CONVERSA NO FOPINECAF

*FIELD EDUCATION IN PARINTINS ON THE TALKING WHEELS AT FOPINECAF*

*Bruna dos Santos PRATA*<sup>1</sup>


*Simone Souza SILVA*<sup>2</sup>


**RESUMO:** A pesquisa buscou conhecer a educação do campo no Município de Parintins, a partir das rodas de conversa do FOPINECAF (Fórum Parintinense das Florestas e das águas Paulo Freire). As rodas de conversa configuram uma importante estratégia metodológica de escuta e diálogo no FOPINECAF. O estudo evidenciou que o FOPINECAF se fortalece como um instrumento de luta do coletivo, embasado na leitura crítica e reflexiva da realidade, considerando as demandas concretas dos sujeitos, e em passos lentos, algumas conquistas vão se concretizando. Arroyo (2012), Caldart (2012), Saviane (2014) dentre outros embasam a pesquisa, que é de cunho qualitativo e abordagem dialética, com apoio da pesquisa bibliográfica, observação livre e participante e rodas de conversa. Foram dez os sujeitos deste estudo, entre professores, estudantes, trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais, cujas identidades foram preservadas. São sujeitos que acreditam na educação como uma das possibilidades de transformação e mudança social, intelectual, política e econômica para o Município. No momento atual, no qual o mundo vive em meio à pandemia, o FOPINECAF continua suas ações, seja de forma virtual ou presencial, com um número reduzido de participantes, atendendo aos protocolos de cuidados, mas trazendo pautas e demandas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do campo. FOPINECAF. Rodas de conversa

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo conhecer sobre a Educação do Campo em Parintins, a partir das rodas de conversa do FOPINECAF - Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das Águas Paulo Freire. E como objetivos específicos buscou verificar o que os estudos revelam a respeito da educação no campo; identificar o que as rodas de conversa apontam sobre a educação do campo em Parintins na percepção de professores, estudantes, pais, trabalhadores e representantes

<sup>1</sup> Mestranda em Ensino de Ciências e Humanidades- PPGECH-IEAA, especialização em Psicopedagogia com ênfase a educação a inclusiva pela EDUCANORTE-FACIBRA, graduação em Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP/UEA. E-mail: brunaprata2011@live.com  <https://orcid.org/0000-0002-2023-3704>.

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas, Mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amazonas, Brasil. E-mail: monesilvavin63@gmail.com  <https://orcid.org/5176094890954618>.

de instituições e movimentos sociais e; mapear as demandas e perspectivas que emergem nas rodas de conversa do FOPINECAF.

A motivação por este estudo surgiu na primeira roda de conversa do Fórum, ocorrida em 07 de outubro de 2017 na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, a qual contou com a participação da professora Graça Passos, educadora da educação do campo no Amazonas, que tratou sobre a Pedagogia da Alternância. Em sua fala de abertura no evento, a mesma afirmou que *“as rodas de conversa são uma forma de gente aprender”*. Esta afirmativa muito nos inquietou, considerando que desde então o fórum já realizou 10 rodas de conversa, com a presença de agricultores, trabalhadores, indígenas, ribeirinhos, movimentos sociais, sindicatos, estudantes, professores de escolas públicas da educação básica e do ensino superior, dentre outros, que lutam por uma educação do campo fortalecida em Parintins.

O estudo parte da compreensão de que as rodas de conversa do FOPINECAF, além de ser uma forma de a gente aprender, constituem uma importante estratégia de diálogo que valoriza as vozes dos sujeitos e articula saberes tradicionais e científicos, na reflexão quanto aos problemas referentes à educação do campo.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO: DE QUE TIPO DE EDUCAÇÃO ESTAMOS FALANDO?**

Conhecer o que as pesquisas revelam a respeito da educação no campo é o que move esta parte inicial do estudo. Para tanto, trazemos uma breve reflexão acerca de questões entrelaçadas a esta temática, como a necessária compreensão do que seja Educação Rural e Educação do Campo.

Falar de educação do campo é compreender a desigualdade social que os povos do campo sofrem, seja na luta pela terra, seja na luta pela educação, dentre outras demandas, que expressam a desvalorização destes povos, compreendidos neste estudo como sujeitos de direito, pois como nos adverte Arroyo (2012, p. 33):

A ideia de que o povo deveria ser agradecido às elites e aos governos da oferta dos serviços educativos está mudando. Os coletivos não se veem mais como destinatários; querem se afirmar como sujeitos de direitos. [...] a verdade é que eles [a elite] gostariam que os povos do campo continuassem sem instrução, a fim de ocupar suas terras, seus territórios, seus quilombos e destruir sua agricultura familiar e coletiva. A história mostra que, enquanto esses povos esperaram como destinatários agradecidos, não tiveram respeitado seu direito à educação

No entanto, cabe esclarecer que por muito tempo perdurou em nosso país a concepção de *educação rural*. Segundo Fernandes e Molina (2004, p. 61), “o conceito histórico de educação rural sempre esteve associado à educação precária e atrasada, com pouca qualidade e pouco recurso”. E como apontam os estudos de Batista (2008, p. 19-50):

A educação dos povos do campo, tratada na legislação educacional como *educação rural*, sempre foi diferenciada, implementada como algo episódico, objeto de campanhas, programas, projetos esparsos e pontuais a cada governo, sem continuidade nos governos seguintes, geralmente sem preocupação com a realidade do campo e suas especificidades (grifo nosso).

Assim, na *educação rural* oferecida pelas elites prevaleceu “a educação dos mínimos, da escola precária, das classes multisseriadas e sem infraestrutura adequada. Escola da professora leiga, de poucos alunos e de rara permanência. Escola em que pouco ou nada se aprende de significativo” (TAFFAREL, 2012, p. 247).

Em outras palavras, a educação rural não levava em conta as demandas socioculturais e econômicas de cada território e até 1980, limitava-se às escolas multisseriadas (SILVA, 2017). Nesta perspectiva, perdurou uma concepção reducionista de educação, a qual propõe uma educação mínima aos sujeitos do campo, visando somente o preparo de mãos de obra para o mercado de trabalho. A esta perspectiva de educação, Taffarel (2012, p. 253- 254) nos adverte que:

[...] a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, transformou-se em instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessários à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, além de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. [...] tornou-se peça do processo de acumulação do capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes.

Contrária aos interesses dominantes, o termo *educação do campo* passa a existir, em substituição à *educação rural*, a partir da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em 1998, momento em que os trabalhadores, motivados por movimentos sociais, como o MST, começam a perceber-se como sujeitos de direitos humanos e sociais (CALDART, 2012). Cabe esclarecer que não se trata somente de uma questão de mudança de nomenclatura, mas de um novo olhar aos sujeitos historicamente esquecidos.

O Decreto nº 7.352 de 2010, reconhece a educação do campo como direito e política pública que reconhece os sujeitos do campo: os pescadores, extrativistas, agricultores familiares, os ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, os quilombolas, os povos das florestas, os trabalhadores assalariados, os caboclos e outros, dentre outros sujeitos historicamente situados, com identidades culturais diversificadas, saberes, memórias, raízes de pertencimento e distintos modos de vida.

Assim, a luta por uma educação do campo perpassa pela necessidade de políticas públicas sociais e educacionais, que incorpore os povos do campo no cenário nacional como categoria social. Há ainda a necessidade de continuar a luta pela equidade social na superação das desigualdades sociais causadas, sobretudo, com o surgimento do agronegócio, impulsionado pelo capitalismo e pelas políticas

neoliberais, visto que estas têm expulsado homens, mulheres, jovens e crianças do campo, ocasionando o êxodo rural. Silva (2002), destaca que essas desigualdades sociais foram impulsionadas com o avanço industrial, o qual levou ao êxodo rural, e, conseqüentemente, à marginalização da população do campo.

Tal situação evidencia historicamente a exploração dos trabalhadores do campo que vem acontecendo há décadas e é frente a esse processo que os sujeitos se mobilizam, organizam-se em movimentos sindicais sociais, formam lideranças do campo, para reivindicar seus direitos à terra e a uma educação que seja do e no campo.

A luta do povo do campo por políticas públicas que garantam seu direito à educação e uma educação que seja no e do campo. **No:** o povo tem direito a uma educação no lugar onde vive. **Do:** o povo tem direito a educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004, p. 25-26).

Sobre a importância desse processo de luta, Caldart (2004) é enfática ao afirmar o quanto que é necessário o fortalecimento da luta destes sujeitos por igualdade e justiça social contra os latifúndios, buscando o desenvolvimento e superação de desigualdades sociais.

Conforme exposto, a concepção de educação rural perdeu, por muito tempo, subordinada e executada pela classe dominante. E foi na contramão desta concepção que os movimentos sociais forjaram uma concepção de educação, que considerasse e valorizasse os sujeitos do campo como protagonistas das suas histórias, com autonomia de criar e recriar o processo educacional articulado à sua realidade.

Assim, a Educação do Campo nasce em contraponto à concepção de educação rural (FONEC, 2012), ou seja, não se trata somente de mudança de nome, mas de concepção, sobretudo, pela resistência e luta de movimentos sociais por políticas públicas que atendam às reais demandas dos sujeitos do campo e de seus contextos.

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra- hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro (CALDART, 2012, p. 262).

Uma conquista em prol à educação do campo foi a aprovação do Parecer nº 36/2001 e da Resolução CNE/ CEB 1/2002, em abril de 2002. Trata-se de um direito conquistado na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, um Projeto voltado para as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394/96, a qual considera os

aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos do campo. Aqui trazemos o art. 28 da LDB, o qual prescreve:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL/MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

A aprovação das Diretrizes aponta uma grande perspectiva para a vida do campo, emerge a esperança de que a escola se torne um lugar de transformação e desenvolvimento humano. E nesse sentido, é significativo que se compreenda que a questão da educação no campo não está relacionada somente à escola, mas a tudo o que está no campo, respeitando a diversidade e valorizando as especificidades regionais e locais.

Segundo Caldart (2004), as conferências nacionais por uma educação do campo constituem marcos históricos importantes que possibilitaram ampliar o olhar para as questões do campo, considerando que através destas conferências foi possível analisar as trajetórias, os dados e argumenta a necessidade de continuar a luta pela educação do campo, pois suas demandas, na maioria das vezes foram ignoradas pelo estado neoliberal.

Estudos realizados por Furlanetti (2007) apontam que o campo é um lugar digno para se morar e seus sujeitos têm direito às políticas públicas. No entanto, é preciso compreender que “não basta ter escolas do campo, queremos ajudar a construir escolas no campo, ou seja, escolas com projeto-político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, a história e a cultura do povo trabalhador” (MANÇANO, 2004, p. 142).

E nesta direção a organização do movimento da educação do campo constitui um importante instrumento de luta e de articulação política para denunciar e lutar pelos direitos e políticas públicas dignas aos sujeitos do campo. E uma de suas bandeiras de luta é por investimento na educação, pois, a educação ainda não tem sido compreendida como investimento. Conforme Saviani (2014, p. 218), “a política educacional vigente vem se guiando pelo seguinte vetor: redução de custos, conforme o princípio do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio (investimento) ”.

Aliás, os investimentos em políticas públicas educacionais e sociais ocorrem sempre que convém ao capital, considerando que as políticas efetivadas, estão muito mais focadas em favorecer o investimento e expansão capitalista do que em alterar as condições de vida dos povos do campo. Assim, na lógica capitalista, os investimentos

representam gastos desnecessários. E como argumenta Molina (2003), a ausência de políticas públicas educacionais específicas para o campo é forte componente dos fatores que contribuem para impedir o desenvolvimento efetivo das comunidades rurais. A autora enfatiza que a educação provoca mudanças profundas, inclusive, traz Celso Furtado (2002, p. 19) para afirmar que

[...] o verdadeiro desenvolvimento dá-se nos homens e nas mulheres, tem importante dimensão política e a distinção fundamental entre desenvolvimento e subdesenvolvimento está associada aos esforços e resultados das ações nos planos políticos para diminuir a heterogeneidade social que o modo capitalista de produção gera. A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento.

Diante desse quadro é que a autora defende que é preciso ter claro que as complexidades a enfrentar para se mudar o acesso e o uso do conhecimento no campo não produzirão efeitos sem que se altere profundamente as próprias condições de sobrevivência no espaço rural da sociedade brasileira. E para isso a educação do campo precisa ser pensada pelos sujeitos do campo, que tenham como principal foco seus direitos básicos (ARROYO, CALDART & MOLINA, 2004) e não como propõem os agentes do capital.

Para tanto, a luta por investimentos em uma educação do campo pública e de qualidade, passa pela luta em defesa de uma escola do campo que considere os territórios e as territorialidades de seus sujeitos, de modo que a estes sejam garantidos os seus direitos. Assim,

A Educação do campo deve levar em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo, assumindo a identidade do meio rural num contexto específico de um projeto de desenvolvimento do campo. Uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas uma escola vinculada à cultura que se produz por meio das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, com isso estaremos tratando a população do campo como sujeitos de um projeto de desenvolvimento com base na agricultura familiar, cooperativa e solidária, e, assim promovendo um amplo programa de desenvolvimento social. Que tenha como objetivo a permanência do homem e da mulher, do jovem e do adulto do campo no campo (FURLANETTI, 2007, p. 11).

Na mesma direção, Arroyo (2007) alerta para o fato de que todos que estão no campo têm direito à educação, conforme preconizam as leis, independentemente do lugar onde vivem, território ou situação. É dever dos governantes assumir o compromisso de oferecer uma educação digna e de qualidade para os povos do campo, enquanto sujeitos de direito. Aliás, cabe destacar que nestes vinte anos de luta da Educação do Campo:

[...] escreveu-se um novo período na história da Educação em nosso país. Não é mais possível aos livros de história de Educação no Brasil não acrescentar mais um capítulo à sua periodização: **a construção da Educação do Campo!**

O protagonismo dos movimentos sociais populares e sindicais do campo, aliados aos docentes da educação básica e superior de todo o país, juntos na luta pelo direito à educação dos camponeses, foi capaz de construir um imenso patrimônio de práticas educativas, que não pode mais ser apagado, porque fincou raízes dentro de nós: **construímos juntos uma nova forma de educar.**

Parte destas conquistas se materializa em políticas públicas, e devemos lutar por sua manutenção. Parte relevante de nossas conquistas extrapola o Estado em ação, e a nós pertence, enquanto classe trabalhadora: **a consciência de que somos sujeitos de direitos** (FONEC, 2020, p. 3, *destaque nosso*).

Portanto, a luta pela Educação do Campo ganha sentido quando os presentes nos **espaços de diálogo** são os maiores envolvidos, como: os agricultores, quilombolas, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, índios, sindicatos de trabalhadores, alunos, professores, universidades, associações e demais organizações sociais, cujas necessidades precisam atendidas, por via de políticas públicas que garantam seus direitos básicos. É sobre isso que trata o tópico a seguir!

## RESULTADOS

### AS RODAS DE CONVERSA COMO METODOLOGIA DE ESCUTA E DIÁLOGO NO FOPINECAF

O *Encontro Nacional dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA*, organizado pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) e pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA/INCRA), em parceria com a Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), ocorreu em 2018 entre os dias 12 a 15 de junho de 2018, na Universidade de Brasília (UnB).

Durante a realização do Encontro foi possível fazer uma avaliação da trajetória da Educação do Campo e do PRONERA, perceber os avanços conquistados pelos movimentos sociais e sindicais do campo brasileiro pelo direito à educação e definir estratégias de continuidade das lutas e das políticas públicas de Educação do Campo, que estão neste momento ameaçadas de continuidade, ameaçando também o direito à educação dos povos do campo (FONEC, 2018).

Inclusive nesse encontro foram socializados resultados de estudos e experiências envolvendo os vários níveis e modalidades da educação no campo em Grupos de Trabalho (GTs), os quais foram selecionados e sistematizados pelo Comitê Científico do Encontro. Destacaremos aqui o GT 11 que tratou sobre os Fóruns de Educação do Campo, o qual foi intitulado *Os Fóruns de Educação do Campo e estratégias de enfrentamento das contradições políticas no contexto brasileiro*. Mas, afinal, qual o papel dos fóruns?

Os Fóruns instituem um espaço rico de diálogo acerca das políticas educacionais do campo para o enfrentamento ao poder público na luta pela construção de um projeto de sociedade contra hegemônico às lógicas de desenvolvimento, de agricultura, de educação e de sociedade impostas pelo sistema capitalista.

Segundo Silva (2018), os fóruns se fortalecem com o envolvimento das universidades públicas, dos movimentos sociais, das secretarias estaduais e municipais de educação, dentre outras entidades e organizações sociais. E, conforme esclarece esta autora, neste cenário de perdas de direitos dos trabalhadores que existem e resistem na/pela terra, águas e florestas, os envolvidos nos Fóruns de Educação do Campo definem estratégias de intervenção política e pedagógica como direcionamento para a construção de práticas educativas e de um projeto de sociedade contrário ao imposto pelo sistema capitalista.

Diante do cenário de desmonte das políticas de Educação do Campo, desmonte dos espaços de espaços de diálogo, desmonte de direitos, que comprometem nossa força coletiva, os espaços de diálogos possibilitados pelos Fóruns corroboram para o fortalecimento da luta pelos direitos dos povos do campo, enquanto sujeitos de direito. É o que acontece, por exemplo no Fórum Parintinense das Florestas e das Águas Paulo Freire (FOPINECAF).

Desde a década de 1990, movimentos sociais do Município de Parintins vêm se articulando e discutindo a respeito da educação do campo. No entanto, o FOPINECAF foi criado somente em 2017, após a realização de uma mesa redonda intitulada *“Diálogos com movimentos sociais e instituições públicas por uma educação do campo em Parintins”* durante a *V semana de Pedagogia* no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/UFAM).

Integram o FOPINECAF, Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA), Instituto Federal de Educação (IFAM), Consórcio de Produtores Sateré Mawé, Conselho Geral das tribos Sateré Mawé (CGTSM), Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), Secretaria de Meio Ambiente (SEDEMA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Parintins (STTR), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas, IDAM, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Conselho Municipal de Educação de Parintins, Conselho da Alimentação Escolar, dentre outras entidades e organizações que tratam sobre da educação do campo no município de Parintins.

O FOPINECAF se apresenta como movimento social com uma identidade própria da Amazônia, que luta não somente pela educação escolar, mas pela cultura, tradições, dignidade humana e saberes dos povos tradicionais da Amazônia. Tem como a base a Pedagogia de Paulo Freire, a educação popular que dialoga e reflete uma educação libertadora. Luta por uma educação do campo que valorize a



diversidade, que articula e desenvolve suas experiências em contextos, onde o sujeito seja o protagonista do conhecimento, libertando-se de ideologias reducionistas na luta por seus direitos e não favores.

Tem como proposta uma educação articulada com a realidade de seu território, entrelaçando o conjunto de conhecimentos tradicionais aos científicos, de forma que um saber não se sobreponha ao outro. Neste sentido, escuta e diálogo constituem palavras chave neste Fórum, que utiliza a metodologia das rodas de conversa num processo de valorização de escuta e diálogo com crianças, jovens, adultos, comunitários, trabalhadores rurais, professores, universidades e instituições que apresentam suas demandas e propostas.

A participação coletiva dos diversos sujeitos envolvidos nas rodas de conversa tem sido fundamental para a mobilização, enquanto cidadãos, que assumem o compromisso ético, moral e político com a coletividade.

**Figura 01:** Roda de conversa na Comunidade do Zé Açú



**Fonte:** Arquivos da pesquisadora (2019)

**Figura 02:** Roda de conversa do Paraná do Espírito Santo do Meio



**Fonte:** Arquivos da pesquisadora (2019)

Trata-se de sujeitos que sejam reconhecidos enquanto sujeitos de direitos a condições dignas de tal forma que sintam orgulho do lugar onde vivem e de suas origens, como é o caso dos sujeitos aqui da Amazônia Parintinense que vivem rodeados por águas, terras e florestas, uma especificidade que os une e os fortalece, enquanto sujeitos singulares de direitos na luta por uma educação do campo digna que tanto almejam. Desde 2017 até o ano de 2019 aconteceram 10 rodas de conversa:

**Tabela 1:** Edições de Rodas de Conversa realizadas pelo FOPINECAF

Edição	Data	Local	Quant. de participantes
I Roda de conversa	07 de outubro de 2017	Comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Laguinho	78
<b>II Roda de Conversa</b>	18 de novembro de 2017	Comunidade de Santa Rita na Valéria	90
<b>III Roda de Conversa</b>	27 de janeiro de 2018	Santo Antônio do Tracajá	85
<b>IV Roda de Conversa</b>	21 de abril de 2018	Nossa Senhora de Fátima do Açaí	80
V Roda de Conversa	28 de julho de 2018	São Pedro do Marajó	77
VI Roda de Conversa	29 de setembro de 2018	São Sebastião do Jará	60
<b>VII Roda de Conversa</b>	15 de dezembro 2018	Boa esperança do Zé Açú	94
VIII Roda de Conversa	9 de março de 2019	São João Batista do Jacú	111
<b>IX Roda de Conversa</b>	25 de maio de 2019	Divino Espírito Santo do Meio	93
X Roda de Conversa	21 de setembro de 2019	Auditório Dom Arcângelo Cérqua	106

**Fonte:** Elaborado pelas pesquisadoras com base nos documentos do FOPINECAF

Para a realização das rodas de conversas há todo um planejamento, que envolve desde reuniões, entrega de ofícios, articulação entre os sujeitos das comunidades e instituições, tudo para se pensar uma educação do campo legítima e compromissada, a partir dos próprios sujeitos que vivem e convivem com esta realidade.

A escolha para a realização das próximas rodas de conversa é decidida sempre ao final de cada Fórum. Em alguns momentos surgem dificuldades como o deslocamento para as comunidades, mas com as parcerias esta atividade se torna possível. Nas rodas de conversa emergem relatos preocupantes, como o pai de uma estudante, o qual observa que os estudantes do campo são vistos como inferiores por morarem no campo e por terem pais com a profissão de agricultores e/ou pescadores. Inclusive, para alguns, a educação que é ensinada não valoriza os sujeitos do campo, ao contrário, os incentiva a saírem de suas terras e mudar-se para a cidade em busca de um ensino e de melhores condições de vida.

Esse pensamento equivocado tem gerado um sentimento de descontentamento, e, como alguns relatos revelam muitos saíram do campo para ir em busca de conhecimento escolar na cidade e após o processo formativo alguns retornaram para

o campo e outros, não. Cabe lembrar que o estudante do campo é um sujeito de saberes e direitos (ARROYO, 2012) e de escolhas quanto ao que considera melhor para si, considerando que são cidadãos livres, conforme previsto na Constituição de 1988. Assim, há aqueles estudantes que almejam sair do campo e outros que almejam permanecer, mas se a escolha for continuar no campo que seja com garantia de qualidade de vida. Nas rodas de conversa é possível perceber o que os participantes expressam no FOPINECAF.

**Quadro1:** Relatos sobre as Rodas de Conversa no FOPINECAF

Mãe de estudante	Este momento é tão singular [as rodas de conversa], que nós não estamos perdendo nada aqui, mas ganhando. Você só pode criticar e falar sobre aquilo que você conhece
Professor de escola do campo	Às vezes, as pessoas estão desenganadas e com medo desses projetos que se criam, pois é somente discurso e não saem do papel, mas com o FOPINECAF temos pessoas capacitadas e profissionais vendo um novo horizonte
Professora de Universidade	Ficamos felizes quando percebemos que tem novas pessoas e jovens participando conosco desse diálogo. Pessoas que querem nos ajudar a propagar o conhecimento e a lutar por uma educação do campo digna e legítima
Agricultor	<i>A roda de conversa precisa chegar aos ouvidos das autoridades maiores, poder Municipal, Estadual e Federal. As comunidades da área rural precisam falar e não se calar, mas é preciso ser ouvido e respeitado, pois não somos respeitados, sendo que o setor primário é fundamental. É preciso respeitar a terra! Essa cadeia é produtiva. A terra não está aí por acaso, dependemos dela, viemos dela e voltaremos para ela. [...] é preciso que as instâncias colaborem umas com as outras e dialoguem para deixarmos algo bom para as nossas crianças e jovens</i>
Líderes comunitários	Nós estamos nesse encontro aprendendo, pois é daqui que saem as ideias, escutas e diálogos que dão suporte para fazermos esta transformação e trabalhar por uma educação que queremos.

**Fonte:** Elaborado pelas pesquisadoras com base em relatos extraídos do FOPINECAF.

Nos relatos fica evidente o quanto o diálogo tecido nas rodas de conversa do FOPINECAF tem sido importante segundo a concepção de pais, professores, agricultores, líderes comunitários. Nas rodas de conversa ecoam sonhos e perspectivas para a melhoria em cada comunidade, cujo apoio de todos é crucial para as conquistas, que se materializem em políticas públicas.

E como um dos encaminhamentos das demandas apresentadas nas rodas de conversa foi elaborada uma carta, a qual expressa os ideais da luta por uma educação do campo fortalecida no município e constitui um documento oficial do Fórum e tem os seguintes objetivos:

1. Mobilizar instituições públicas, entidades, organizações populares e comunidades rurais para se engajarem no referido Fórum;
2. Discutir a Educação do Campo, suas características e peculiaridades na Amazônia;

3. Discutir que tipo de tecnologias são mais apropriadas para que seja mais humano, menos excludente e em equilíbrio com o meio ambiente.
4. Problematicar a identidade e as especificidades do trabalho nos territórios rurais;
5. Valorizar a identidade e as especificidades do trabalho nos territórios rurais;
6. Identificar e discutir as políticas públicas que apontam as responsabilidades do Estado na garantia de serviços públicos destinados aos povos do campo;
7. Implementar discussões sobre cursos de formação e aperfeiçoamento que possibilite ao trabalhador rural protagonizar sua existência nos espaços onde vive;
8. Criar estratégias para implementar a Pedagogia da Alternância como possível meio de desenvolvimento sócio-econômico-político cultural do território das águas, das terras e das florestas;
9. Apoiar estratégias de mobilizações e participação da sociedade civil para se engajarem neste Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Florestas e das Águas “Paulo Freire”;
10. Agregar militantes dos 10 polos que constituem a Educação do Campo no Município de Parintins;
11. Discutir a agroecologia com alternativa de produzir na agricultura com conservação de recursos naturais e da diversidade sociocultural;
12. Discutir alternativas de Educação do Campo que profissionalizem o homem e a mulher amazônida de rios, lagos e florestas a partir dos princípios agroecológicos;
13. Pensar, discutir e propor aos órgãos competentes cursos de formação de professores voltados a concepção de Educação do Campo para a Região Amazônica;
14. Pensar, discutir e propor à formação de técnicos voltados a concepção de Educação do Campo na Amazônia;
15. Apoiar e incentivar as comunidades rurais para a busca de caminhos que garantam a comercialização justa de seus produtos no mercado local, regional e internacional;
16. Discutir como manter o homem do campo com condições dignas de trabalho, vida, lazer e educação;
17. Instrumentalizar com formação específica os caminhos para legitimar ou documentar as comunidades rurais para comercializar suas produções;
18. Lutar por um currículo que contemple também o conteúdo da nossa realidade, da nossa vida em comunidade, considerando a especificidade de cada território (CARTA DE APRESENTAÇÃO DO FOPINECAF, 2017).

Ainda que de forma tímida, a capacidade de resistência, de luta e de esperança forjada nas rodas de conversa do FOPINECAF já começa a apresentar alguns resultados, como evidencia Albarado *et al* (2021), os resultados ainda são tímidos mais esperançosos, como a realização de audiência pública, elaboração de carta aberta sobre as demandas do povo do campo às autoridades públicas, incentivos às

universidades a criar grupos de pesquisa sobre Educação do Campo, disciplinas de Educação do Campo em cursos de licenciatura, projetos de construção de elaboração de currículo diferenciado e de formação permanente de professores dos territórios rurais de várzea e terra firme.

A estes acrescentamos o encaminhamento de memorando de manifestação de interesse de professores do Colegiado do curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP-UEA) em ofertar o curso de licenciatura em Educação do campo na modalidade Educação a Distância pela Universidade Aberta do Brasil e a criação do curso de Pedagogia do Campo em oferta especial pelo CESP-UEA.

Cabe destacar que o Fórum tem representantes no Comitê de Educação do Campo no Estado do Amazonas, o qual está discutindo as diretrizes de educação específicas para o contexto amazônico. Por meio desta participação, o Fórum contribui nas discussões que tragam a marca e expressem a real necessidade dos povos do campo. Outro aspecto que merece destaque são as ações realizadas pelo FOPINECAF em meio à pandemia, como lives, reuniões via whatsapp e reuniões presenciais, seguindo os protocolos da Covid -19 e o V Fórum de Leituras Paulo da Região Norte.

Por fim, entendemos que este Fórum tem se fortalecido a cada Roda de Conversa que realiza e tem se constituído como um instrumento de luta dos povos do campo, pois mesmo em passos lentos, já são visíveis algumas iniciativas que estão sendo concretizadas.

## PERCUSSO METODOLÓGICO

A pesquisa é de cunho qualitativo, considerando que esta não se preocupa somente em resultados, mas, sobretudo, com seu processo e valorização de escuta das vozes de cada participante nas rodas de conversa do FOPINECAF. Inclusive, se embasa em Serrano (1994), o qual considera o diálogo como um dos pontos chaves para iniciar este tipo de pesquisa. Este autor esclarece que:

É um processo ativo, sistemático e rigoroso de indagação dirigida, no qual se tomam decisões sobre o que está sendo pesquisado, quando se vai a campo na busca de coletar dados e respectiva análise de um objeto de estudo. Além disso, incorpora informações ditas pelos participantes, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões, tal e como são expressos por eles (SERRANO, 1994, p. 46).

No caso deste estudo buscamos conhecer a educação no campo em Parintins, a partir das rodas de conversa FOPINECAF, sob a ótica da abordagem dialética. Conforme Frigotto (1991), a produção de conhecimento e as lutas das sociedades permanecem até os dias atuais, onde os professores, estudantes, trabalhadores rurais continuam sendo desvalorizados e explorados. Nesse sentido a abordagem dialética

busca compreender e mudar os fenômenos sociais na realidade em que se encontram, principalmente a condição de opressão, como é o caso dos povos que vivem, estudam e trabalham no campo em Parintins por meio das rodas de conversa do FOPINECAF.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica como subsídio teórico para a compreensão da temática abordada. E para melhor compreensão da realidade investigada, lançamos mão das estratégias de coleta de dados, como observação livre e participante e rodas de conversa.

A observação livre e participante aconteceu durante as rodas de conversa, pois conforme Triviños (2008) “observar naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar um conjunto de (objetos, pessoas, animais etc) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho, expressões). Observar um fenômeno social”. Ou seja, significa compreender as relações sociais e culturais da escola e comunidade.

Uma estratégia de coleta de dados, a qual consideramos muito rica e que utilizamos na pesquisa foram as rodas de conversa. A estratégia das rodas de conversa foi adotada por Freire (1983), denominada de “Círculos de Cultura”, em que se realizam momentos de diálogo, por meio dos quais se valorizam as falas e escuta dos povos do campo. O círculo de cultura é utilizado na educação popular, onde são valorizados a participação, diálogo, trabalho em grupo e respeito recíproco, ou seja, é um espaço para ensinar e aprender, onde todos são protagonistas do saber.

Considerando a importância do círculo de cultura adotado por Freire, no FOPINECAF, no caso deste estudo em particular, as rodas de conversa constituem uma estratégia metodológica ímpar, pelas quais foi possível conhecermos as demandas dos sujeitos do campo e suas perspectivas. Aliás, como assevera Saviani (2009), é exigente um posicionamento nosso: “ou assumimos essa proposta ou devemos deixar cair a máscara e parar de pronunciar discursos grandiloquentes sobre educação, em flagrante contradição com uma prática que nega cinicamente os discursos proferidos” (SAVIANI, 2009, p. 153).

Participaram do estudo dez sujeitos, entre professores, estudantes, trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais presentes nas rodas de conversas do FOPINECAF realizadas nas comunidades de terra firme e várzea, cujas identidades foram preservadas. São sujeitos que acreditam na educação do campo como uma das possibilidades de transformação e mudança social, intelectual, política e econômica para o Município de Parintins.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou conhecer a educação do campo no Município de Parintins, a partir das rodas de conversa do FOPINECAF. Para isso fizemos uso das rodas de conversa enquanto estratégia metodológica no Fórum com a participação do

coletivo de professores, estudantes, trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais, embasados na leitura reflexiva e crítica da realidade.

A participação nas rodas de conversa do FOPINECAF nos ajuda a perceber que os povos do campo buscam pelo protagonismo das suas histórias, de suas lutas apresentando seus anseios e demandas, o que é crucial, pois se reconhecem como sujeitos de direitos humanos e sociais e não aceitam mais qualquer coisa para o campo. Clamam por melhorias para questões básicas em seus territórios, como: saúde, educação, transporte, enfim, por reconhecimento e valorização, o que perpassa pela necessidade de políticas públicas mais afirmativas para o campo e seus sujeitos.

Percebemos também que o coletivo de sujeitos acreditam na educação do campo como uma das possibilidades de transformação e mudança social, intelectual, política e econômica para o município. E nesse sentido, a pesquisa aponta o quanto é importante que os povos do campo mantenham viva a luta e a esperança por uma educação fortalecida. Mas não somente isso, é igualmente importante e necessário o fortalecimento deste Fórum como instrumento de luta aos problemas envolvidos ao território do campo. Inclusive, no momento atual em meio à pandemia, a luta do Fórum continua e com todos os cuidados o coletivo de sujeitos desenvolve encontros/ eventos presenciais e virtuais, apresentando pautas e demandas.

Portanto, o estudo confirma que as rodas de conversa do FOPINECAF foram fundamentais para o fortalecimento da luta do coletivo de sujeitos e constituem uma estratégia metodológica com ricas possibilidades para as conquistas dos povos do campo, enquanto sujeitos de direito.

PRATA, B. S.; SILVA, S. S. Field education in Parintins on the talking wheels at FOPINECAF. Marília, v. 23, n. 01, p. 61-78, 2022.

**ABSTRACT:** The research sought to know the education of the countryside in the Municipality of Parintins, from the conversation circles of FOPINECAF (Forum Parintinense das Florestas e das Águas Paulo Freire). Conversation circles are an important methodological strategy for listening and dialogue in FOPINECAF. The study showed that FOPINECAF is strengthened as an instrument of collective struggle, based on a critical and reflective reading of reality, considering the concrete demands of the subjects, and in slow steps, some achievements are coming true. Arroyo (2012), Caldart (2012), Saviane (2014) among others support the research, which has a qualitative nature and dialectical approach, supported by bibliographic research, free and participant observation and conversation circles. There were ten subjects in this study, including teachers, students, rural workers and leaders of social movements, whose identities were preserved. They are subjects who believe in education as one of the possibilities for social, intellectual, political and economic transformation and change for the Municipality. At the current moment, in which the world lives in the midst of the pandemic, FOPINECAF continues its actions, whether virtual or in person, with a small number of participants, meeting the care protocols, but bringing guidelines and demands.

**KEYWORDS:** Field education. FOPINECAF. Circles of conversation.

## REFERÊNCIAS

- ALBARADO, Edilson da Costa; HAURADOR, Gladimir Rosas, RAMOS, José Oliveira; VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. Paulo Freire. In: FÓRUM PARINTINENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS E ENCONTRO NACIONAL-20 ANOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRONERA, 20., 2018, Brasília:
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel. Os movimentos sociais reeducam a educação. In: ALVARENGA, Marcia Soares de [et al.]. *Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores*: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNCE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para Educação Básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, 9 de abril de 2002.
- BRASIL. *Decreto no. 7.352*. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em 15.04.2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: *Diário Oficial da União*, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 25 de agosto de 2016.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e Educação do Campo: promovendo territorialidades da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: JEZINE, Edineide [et al] (orgs.). *Educação Popular e Movimentos Sociais*: Dimensões educativas na sociedade globalizada. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v.1.
- CALDART, Roseli S; MOLINA, Monica Castagna (org.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes: 2004.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli [et al] (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A cidadania negada*: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.
- FERNANDES, Bernado Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: *Por uma Educação do Campo*: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: 2004.
- FONEC. *Carta-manifesto 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA*. Brasília-DF, 15 de junho de 2018.
- FONEC. *Manifesto à Sociedade Brasileira*. Brasília-DF, 21 de agosto de 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FRIGOTTO, G. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. A Pesquisa Qualitativa: transformando o estagiário em educador popular no campo. In: JORNADA DE INVESTIGACION EM EDUCACIÓN: EDUCACIÓN Y PERSPECTIVAS: CONTRIBUCIONES TEÓRICAS Y METODOLÓGICAS EM DEBATE, 5., 2007, Córdoba. *Anais...* Córdoba, 2007.



- FURTADO, C. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Panorama da educação no campo*. Brasília: INEP, 2007.
- MANÇANO, Bernado. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli S; MOLINA, Monica Castagna (orgs.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes: 2004.
- MOLINA, Mônica Castagna. *A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.
- MOLINA, Monica C.; JESUS, Sonia M.S de (orgs.). *Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.
- SAVIANI, Dermeval. *O Lunar de Sepé: paixão, dilemas e perspectivas na educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2014b (Coleção Educação Contemporânea).
- SERRANO, Glória Perez. Investigación Cualitativa. In: *Retos e Interrogantes*. Madrid: La Muralla S. A, 1994.
- SILVA, Josué da Costa & SOUZA FILHO, Theóphilo Alves de. O viver ribeirinho. In: *Nos Banheiros do Rio: ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia*. Porto Velho/RO: EDUFRO, 2002.
- SILVA, Simone Souza. *Políticas de Formação Inicial de Professores do Campo em Parintins: contextos e contradições*. Manaus: UFAM-PPGE, 2017.
- SILVA, H. S. A.; SILVA, Edfranklin Moreira; BRILHO, Silvaneide Santos de Queiroz Côrte; CORBIN, Maria Madalena Costa Freire; POMPEU, Gisele do Socorro dos Santos. O trabalho como princípio educativo em sistemas de produção familiar. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 1-337, 2018.
- SOUZA, Elizeu Clementino, MEIRELES, Mariana Martins de. A forma da outra beira: escolas rurais-entre invisibilidades, permanências e perspectivas. In: *Desafios e perspectivas na Educação Rural: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares*. ANATUNES, Helenise Sangol; FARIAS, Graziela Franceshet (orgs). Curitiba: CRV 2014 Popular, 2004.
- TAFFAREL, de Celi Nelza Zulke. Políticas públicas, educação do campo e formação de professores para a escola do campo. In: ALVARENGA, Marcia Soares de [et al] (orgs.). *Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores: outras questões, outros diálogos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- TRIVIÑOS, Augusto Nilbaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.

---

Data de submissão: 03-12-2021

Data de aceite: 16-03-2022

